



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA E DE OBRAS PÚBLICAS

EXMO SENHOR

**Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Administração Pública**

N/Refª: 56 /CEOP

Data: 06 de março de 2013

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Parecer referente à Conta Geral do Estado 2011 que foi aprovado por unanimidade, na reunião desta Comissão realizada em 27 de Fevereiro.

Com os meus melhores cumprimentos,

**Luís Campos Ferreira
Presidente**



Comissão de Economia e Obras Públicas

Parecer
Conta Geral do Estado 2011

Autor: Deputado
Duarte Cordeiro (PS)



Comissão de Economia e Obras Públicas

ÍNDICE

PARTE I - CONSIDERANDOS

PARTE II - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

PARTE III - CONCLUSÕES

PARTE IV- ANEXOS



PARTE I - CONSIDERANDOS

Introdução

No respeito pelo disposto no n.º 3 do artigo 205.º do Regimento da Assembleia da República, a Comissão de Economia e Obras Públicas (CEOP) foi chamada a emitir parecer relativo à Conta Geral do Estado de 2010.

A conta geral do estado é acompanhada do Parecer do Tribunal de Contas, do Parecer Técnico da Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República e do Parecer do Conselho Económico e Social, a fim de ser elaborado o competente Parecer nas áreas de competência material da 6.ª Comissão.

Nos termos da alínea d) do artigo 162.º da Constituição da República, a Conta Geral do Estado deve ser apresentada até ao dia 31 de Dezembro do ano subsequente ao qual diz respeito, tendo a mesma sido recebida na Assembleia da República em 2 de Julho de 2012.

Atento está, ainda, o Parecer Técnico da Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República (*Parecer Técnico n.º 7/2012 – Análise da Conta Geral do Estado de 2011: Ótica da Contabilidade Pública*, de 28 de Dezembro de 2012), elaborado ao abrigo do artigo 10.º-A da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de Fevereiro, aditado pela Resolução n.º 53/2006, de 7 de Agosto, e, posteriormente, pela Resolução n.º 57/2010, de 23 de Julho, e do mandato expresso do Programa de Atividades da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (XII Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa).

Neste sentido, para a elaboração do presente Parecer, foi analisada a Conta Geral do Estado de 2011, e tidos em consideração os mencionados Pareceres



Comissão de Economia e Obras Públicas

do Tribunal de Contas, do Conselho Económico e Social e da Unidade Técnica Orçamental da Assembleia da República.

Tendo a Conta Geral do Estado sido distribuída à Comissão de Economia e Obras Públicas foi nomeado relator o Deputado Duarte Cordeiro do Grupo Parlamentar do PS.

Enquadramento Macroeconómico

A política orçamental do ano 2011 traduz, em grande medida, o efeito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado em Maio de 2011 com a Comissão Europeia (CE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE), ainda no decorrer da XII legislatura.

O PIB diminuiu 1,6% em 2011. O défice das Administrações Públicas situou-se em 4,2% do PIB. O défice estrutural reduziu-se em cerca de 2,3p.p. do Produto Interno Bruto. Nestes dados temos de pesar a contribuição da transferência dos fundos de pensões (no montante de 3,5% do PIB).

Ao Comparar a composição do crescimento do PIB em 2011 com a previsão constante no OE/2011 verificamos que ao nível da procura interna, que a formação bruta de capital fixo e o consumo privado caíram, respetivamente, 11,1 e 3,3 p.p. acima do previsto. A forte redução do rendimento disponível real das famílias e a redução do acesso ao crédito bancário foram as principais razões para a queda da procura interna.

A queda dos dados das importações, a par de um crescimento sustentado das exportações, veio a traduzir-se numa melhoria dos dados comerciais externos. Deste modo, em 2011, verificou-se uma redução do défice externo (equivalente



Comissão de Economia e Obras Públicas

a 3,6 p.p. do PIB), traduzindo-se numa redução das necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa.

A quebra do consumo público foi menos acentuada do que aquela que se encontrava prevista no OE/2011. Apesar do OE/2011 ter subjacente uma redução, em termos reais, de 8,8% no consumo público, esta variável registou uma diminuição de 4,3%, o que representa um desvio de 4,5 p.p. face ao inicialmente previsto.

O quadro recessivo da economia portuguesa traduziu-se em variações desfavoráveis, particularmente acentuadas, do nível emprego e da taxa de desemprego, acima do mesmo OE/2011.

A situação económica e financeira pode ser analisada pelo quadro macroeconómico que o relatório da UTAO nos coloca, assim como as diferentes previsões e os erros das mesmas.

TABELA 1 – Resumo da situação macroeconómica e previsões

Comissão de Economia e Obras Públicas

	2011	Previsões M. finanças			FMI/CE/BCE		Erro de previsão			
	Data: Dez-2012	out-2010	ago-2011	jun-2011	set-2011	dez-2011				
	Documento: CNT 2012T3_CE	OE/2011	DEO 2011/15	MoU	1.ª Rev.	2.ª Rev.	OE/2011	MoU	DEO 2011/15	1.ª Rev. MoU
Despesa e PIB (taxas reais de variação)										
PIB	-1,6	0,2	-2,2	-2,2	-2,2	-1,6	-1,8	0,6	0,6	0,6
Consumo Privado	-3,8	-0,5	-4,4	-4,4	-4,4	-3,8	-3,3	0,6	0,6	0,6
Consumo Público	-4,3	-8,8	-3,2	-6,1	-4,1	-3,7	4,5	1,8	-1,1	-0,2
FBCF	-13,8	-2,7	-10,6	-9,9	-11,4	-11,3	-11,1	-3,9	-3,2	-2,4
Procura interna	-5,8	-2,5	:	-5,7	-5,6	-5,1	-3,3	-0,1	:	-0,2
Exportações	7,2	7,3	6,2	6,2	6,6	6,8	-0,1	1,0	1,0	0,6
Importações	-5,9	-1,7	-3,9	-5,3	-4,9	-4,8	-4,2	-0,6	-2,0	-1,0
Preços										
Inflação	3,7	2,2	3,5	3,4	3,4	3,6	1,5	0,3	0,2	0,3
Deflador do Cons. Priv.	3,9	:	:	3,4	3,5	3,5	:	0,5	:	0,4
Deflador do PIB	0,5	1,7	1,4	1,1	1,54	1,1	-1,2	-0,6	-0,9	-1,0
Emprego e desemprego										
Desemprego (%)	12,7	10,8	12,5	12,2	12,1	12,7	1,9	0,5	0,2	0,6
Emprego total (taxa de variação, %)	-1,5	-0,4	-1,5	-1,5	-1,4	-1,0	-1,1	0,0	0,0	-0,1
Financiamento (em % do PIB)										
Saldo orçamental	-4,4	-4,6	-5,9	-5,9	-5,9	-5,9	0,2	1,5	1,5	1,5
Dívida Pública	108,1	86,6	100,8	101,7	101,1	107,2	21,5	6,4	7,3	7,0
Cap./necessidade líq. financto. face exterior	-5,2	:	-6,8	-6,0	-5,7	-6,1	:	0,8	1,6	0,5
Enquadramento externo										
Inflação (IHPC) - área do euro	2,7	1,7	:	:	:	:	1,0	:	:	:
Procura externa relevante p/ Portugal (bens)	3,6	3,2	6,5	:	:	:	0,4	:	-2,9	:
Preço spot do petróleo Brent (Dólares/barril)	110,8	78,8	106,3	:	:	:	32,0	:	4,5	:
Taxas de juro de curto prazo (Euribor-3 meses)	1,4	1,1	1,5	:	:	:	0,3	:	-0,1	:
Taxas de juro de longo prazo (OT 10 anos)	12,9	:	6,4	:	:	:	:	:	6,5	:
Taxa de câmbio nominal (€1 = x USD)	1,392	1,2	1,42	:	:	:	0,2	:	0,0	:

Fonte: UTAO

Enquadramento Internacional

Em 2011, assistiu-se a nível internacional a uma desaceleração da economia mundial, tendo o crescimento do PIB sido de 1,6%, enquanto no ano anterior estávamos nos 3,2%. As quedas resultaram dos maus desempenhos da economia europeia, americana e japonesa.

A generalidade dos países da zona euro foi especialmente afetada pela crise das dívidas soberanas. As economias dos denominados países emergentes também desaceleraram, apesar da China e da Índia continuarem a crescer na casa dos 8%.

Relativamente à área do euro, o abrandamento foi devido à queda das exportações e do consumo privado. A zona euro cresceu assim 1,5%,

enquanto em 2010 tinha crescido 1,9%. O desemprego na zona euro chegou aos 10,2%.

A situação Grega no ano de 2011 começou a tornar-se preocupante com o agravar da contração económica.

Em resumo e do ponto de vista internacional a economia viveu a nível internacional um ano de crise que afetou principalmente os países desenvolvidos em primeira instância, como os E.U.A. e a zona euro, atingindo dessa forma Portugal

Análise Setorial

Cumprir, em primeiro lugar, referir que, em 21 de Junho de 2011, na sequência do ato eleitoral ocorrido em 5 de Junho, tomou posse o XIX Governo Constitucional, o qual, através do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Julho, veio criar o Ministério da Economia e Obras Públicas.

Esta análise setorial conjuga assim o que no Orçamento de Estado para 2011 era denominado Ministério da Economia e da Inovação e o Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações.

Cumprir em primeira instância análise das Tabelas e Mapas onde consegue ser analisado a nível das Matérias da Economia e Obras Públicas. A nível da despesa por classificação económica passou este Ministério de um valor orçamentando superior a 22 Mil Milhões de Euros, sendo a execução de menos 19 Mil Milhões.

Tabela 2 - Despesa por Classificação Económica do Ministério da Economia e do Emprego

Comissão de Economia e Obras Públicas

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento de 2011			Execução de 2011		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	14.687,4	9.124,3	23.811,7	14.204,6	9.050,0	23.254,6
Despesas com Pessoal	562,5	48,9	611,4	532,1	43,1	575,2
Aquisição de Bens e Serviços	763,5	91,7	855,2	689,3	74,0	763,3
Juros e Outros Encargos	6.372,4	21,5	6.393,9	6.038,1	18,3	6.056,4
Transferências Correntes	6.362,6	8.947,5	15.310,1	6.345,9	8.906,9	15.252,8
das quais: Intra-instituições do Ministério	4.478,4	103,5	4.581,9	4.471,9	86,5	4.558,4
para as restantes Administrações Públicas	22,7	1,2	23,9	21,7	1,1	22,8
Subsídios	611,2	-	611,2	596,2	-	596,2
Outras Despesas Correntes	15,2	14,7	29,9	3,0	7,7	10,7
Despesa de Capital	2.840,3	183,0	3.022,3	932,8	168,4	1.101,2
Aquisição de Bens de Capital	52,9	30,8	83,7	21,8	23,1	44,9
Transferências de Capital	2.786,4	152,2	2.938,6	911,0	145,3	1.056,3
das quais: Intra-instituições do Ministério	0,2	-	0,2	-	0,0	0,0
para as restantes Administrações Públicas	-	-	0,0	1,6	0,0	1,6
Outras Despesas Correntes	1,0	-	1,0	-	-	-
DESPESA TOTAL	17.527,7	9.307,3	22.251,9	15.137,4	9.218,4	19.797,4
DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSFERÊNCIAS PARA AP	17.505,0	9.306,1	22.228,0	15.114,1	9.217,3	19.773,0
Consolidação entre subsectores (SI e SFA)			4.582,1			4.558,4

Seguem, igualmente duas tabelas onde é encontrada a despesa por classificação orgânica e as Despesa dos Fundos e Serviços Autónomos da área do Ministério da Economia e do Emprego

Tabela 3 – Despesa por Classificação Orgânica do Ministério da Economia e do Emprego

08 - ECONOMIA E DO EMPREGO		258 597 678,58
01	GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	7 438 248,83
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO E DE GESTÃO INTERNA	10 757 698,85
03	SERVIÇOS DE INSPEÇÃO, CONTROLO E DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA	24 803 245,80
04	SERV REGIONAIS DE REGULAMENTAÇÃO, DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA ECON	24 495 061,57
05	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E QUALIDADE	14 040 747,00
06	SERVIÇOS NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	70 000,00
07	SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS DO EMPREGO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	44 807 433,54
08	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COOPERAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS	6 006 434,94
09	SERVIÇOS REGULÇÃO, SUPERV., INSPEÇÃO, INVESTIG, OB. PÚBLICAS, TRANSP. E COMUNIC	20 123 448,42
50	INVESTIMENTOS DO PLANO	106 055 361,83

Fonte: Ministério das Finanças

Comissão de Economia e Obras Públicas

Tabela 4 – Despesas por Fundos e Serviços Autónomos

08 ECONOMIA E DO EMPREGO	
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA-IP	9 429 791,93
AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DE LISBOA	517 305,00
AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DO PORTO	1 409 771,57
AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES - ICP	181 063 500,56
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS-IP	13 968 057,98
INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO	13 183 141,78
INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES	76 937 464,50
INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E A INOVAÇÃO-IP	1 213 872 977,00
INSTITUTO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIARIAS	6 886 990,69
INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL -IP	607 468 702,17
INSTITUTO DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL IP-ORC.PRIV.-FUNC.	810 660 392,66
INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP	17 008 220,32
INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	62 005 832,09
INSTITUTO PORTUARIO E DOS TRANSPORTES MARITIMOS	43 836 433,62
INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE-IP	15 983 504,88
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO-IP	5 245 472,17
LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA-IP	23 086 721,91
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL	30 191 673,89
SOMA	3 132 754 954,72

Fonte: Ministério das Finanças

Como conclusão destas tabelas referentes aos mapas orçamentais, pudemos sintetizar que a execução orçamental foi relativamente mais baixa que o valor que tinha sido orçamentado.

Pareceres

Acompanham a Conta Geral do Estado os relatórios do Conselho Económico e Social e do Tribunal de Contas que consideram adequado o documento, mesmo produzindo algumas sugestões a nível de futuro.

II. Da Opinião do Deputado Relator

Comissão de Economia e Obras Públicas

Sendo a opinião do Relator de elaboração facultativa, nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia da República, o deputado relator reserva a sua opinião neste relatório não a imitando.

III. Das Conclusões

A Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro, aprova o seguinte parecer:

A Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas é do parecer que o presente Relatório, sobre a Conta Geral do Estado de 2011, deverá ser remetido à Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, em conformidade com o artigo 206.º, n.º 1, alínea c), do Regimento da Assembleia da República, reservando os grupos parlamentares as suas posições para o debate em plenário.

Palácio de São Bento, 27 de Fevereiro de 2013

O Deputado Relator,



O Presidente da Comissão,

